

A Revolução Russa e os deficientes¹

Keith Rosenthal

Pesquisador independente

Colaborador da revista *International Socialist Review* (Estados Unidos)

¹ Tradução de Fernando Pureza. O artigo originalmente foi publicado na *International Socialist Review*. Dividido em duas partes, a revista *Outubro* publica aqui a primeira delas, que trata especificamente da questão das deficiências na conjuntura revolucionária de 1917 (N. do T.).

A Revolução Russa e os deficientes

Resumo: O presente artigo de Keith Rosenthal discute a questão das deficiências na Revolução Russa. Compreendendo o período revolucionário como um momento de intensificação das lutas sociais, Rosenthal mostra como a questão das diferentes deficiências, físicas e mentais, mobilizou uma série de transformações de ordem política na Rússia durante a Primeira Guerra Mundial e como tais demandas foram incorporadas pelo Partido Bolchevique. Em última instância, questões que abrangiam a seguridade social, a prevenção de acidentes de trabalho, a finalidade das instituições totais de cunho psiquiátrico eram, dentre muitos, temas de debate e de proposição política no contexto revolucionário de 1917.

Palavras-chave: 1. Revolução Russa; 2. Deficiências; 3. Saúde pública

Disability and the Russian Revolution

Abstract: The following paper by Keith Rosenthal discusses the issue of disabilities during the Russian Revolution. Understanding the revolutionary period as a moment in which social struggles were intensified, Rosenthal shows us how the issues of different disabilities, physical and mental, mobilized a whole series of changes in Russian political order during the First World War, seeing how they were incorporated by the Bolsheviks. Ultimately, those issues ranged from social security, work injuries, the goals of total psychiatric institutions, and so on, all them being debated and theme of political propositions in the revolutionary context of 1917.

Keywords: 1. Russian Revolution; 2. Disabilities; 3. Public Health

Ainda que haja uma literatura escassa disponível especificamente sobre o tópico das deficiências no contexto da Revolução Russa de outubro de 1917, invariavelmente o tema acerca das deficiências aparece de forma bastante proeminente. Como evidenciado pelo aumento na procura e na própria literatura produzida pelas massas revolucionárias e pelos partidos nos anos logo após a revolução, a questão das deficiências parece ter sido um fator significativo que contribuiu com o levante. Se tratava de um componente explícito no programa do Partido Bolchevique e na propaganda subsequente entre os anos de 1903 até 1917; depois de 1917, essa foi uma área sujeita à muitas reformas sociais e legislativas por parte do governo revolucionário, que por sua vez era um produto das políticas acerca das deficiências que se tornaram explícitas a partir das demandas das massas de soldados, operários e camponeses revolucionários.

Presas às distorções tanto de ideólogos stalinistas como também de capitalistas ocidentais, essa história foi em grande parte escondida ou mesmo ignorada. De fato, o destino das pessoas com deficiências na Rússia, após a virada da industrialização forçada, da acumulação de capital e da exploração do trabalho assalariado no final da década de 1920, seguiu essencialmente a mesma trajetória histórica de opressão de todas as sociedades recém industrializadas ou em vias de industrialização do capitalismo. Assim sendo, da mesma forma que o stalinismo representou a negação do caráter emancipatório e socialista da Revolução Russa em seus primeiros anos, a deterioração das condições de vida das pessoas com deficiências na Rússia stalinista representou a negação daquilo que havia sido obtido na Rússia revolucionária.

A Revolução Russa de 1917 marcou um ponto decisivo na história do movimento socialista mundial e, de fato, na história da humanidade. Foi a primeira vez que um partido revolucionário, fundado sob os princípios do marxismo – o Partido Bolchevique –, foi capaz de liderar a maioria da classe

trabalhadora insurgente, derrotar o governo dos capitalistas e latifundiários e instituir uma forma de governo organizada através da auto-gestão democrática dos explorados e oprimidos.²

Enquanto a totalidade das mudanças que a revolução bolchevique efetivou fosse necessariamente limitada pelo esmagador subdesenvolvimento e pela própria natureza de isolamento internacional da economia e da sociedade russa, ainda assim, descobrimos que a Rússia revolucionária foi uma sociedade que chegou muito perto (ou até mesmo foi além) na superação da opressão contra os deficientes, mais do que qualquer sociedade da época. Pode se dizer que essa história é a prova irrefutável de um princípio derivado do marxismo, ou seja, de que a libertação das pessoas com deficiências é impossível sem a libertação de toda a classe trabalhadora e, portanto, que a libertação de toda a classe trabalhadora é impossível sem a libertação das pessoas com deficiências³.

A Rússia antes da revolução

A economia russa na virada do século era predominantemente agrária e empobrecida, combinada com pequenos bolsões (ainda que em crescimento) de capital industrial. Cerca de 80% da população era considerada rural e consistia de pequenos fazendeiros ou camponeses, que trabalhavam para latifundiários num sistema semifeudal, enquanto os trabalhadores assalariados urbanos, ou proletários, compunham cerca de 15% da população. O que existia era um capitalismo incipiente, sobrepujado por relações feudais pré-capitalistas, todas elas sob a autocrática mão de ferro da monarquia czarista. Os camponeses e os operários, em tese, não possuíam nenhum direito, nem no trabalho, nem em seus lares e tampouco na sociedade civil, e não havia um aparelho institucional construído para prover serviços públicos básicos, tais como um sistema de saúde, uma seguridade social ou mesmo um auxílio para desempregados.

² Para mais sobre a Revolução Russa, ver Trotsky (2008), Reed (1919) e Rabinowitch (2004).

³ Karl Marx argumenta algo semelhante nas seções 3, 4 e 5 do capítulo 25, “A lei geral da acumulação capitalista”, no primeiro volume de *O Capital* (cf. MARX, 2015). Ver também Russell (2001) e Slorach (2015).

Foi nesse contexto que a luta de massas começou a emergir entre os anos de 1900 e 1905. Essa luta levou a uma demanda central que, em última instância, significava a derrubada revolucionária do czar, mas também lançava uma série de questões de ordem econômica e social no processo. Ainda que o levante de 1905 tenha sido violentamente reprimido pelo Estado czarista, ele ainda assim deixou um impacto profundo e duradouro em toda sociedade russa. As exigências que emergiram em 1905, bem como os métodos revolucionários de organização para as lutas – a dizer, os soviets e as greves de massas – retornariam ainda mais fortes no ano de 1917.

No que diz respeito ao tema das deficiências, uma grande quantidade dessas demandas e lutas merecem atenção particular. Elas incluem, por exemplo, uma exigência para que fosse criado um sistema nacional de seguridade social e, em particular, para que se desenvolvesse um auxílio específico para pessoas deficientes; uma demanda para a reforma e extensão de todo o inadequado sistema de saúde; e uma outra demanda para a liberação da psiquiatria para além das firmes amarras do Estado policial czarista, bem como a descriminalização de doenças mentais.

Por fim, como uma espécie de adendo, convém explorar brevemente o tema da democracia nos locais de trabalho, bem como os meios de controle, assim como a emergência de ambos até 1917 e como eles foram relevantes e até mesmo vitais para as questões pertinentes às deficiências.

A luta por um seguro para os deficientes

No início do século XX, a fúria da classe trabalhadora para com as barbáricas condições da produção industrial na Rússia tinha se disseminado. As doenças ocupacionais e as lesões eram características endêmicas do nascente sistema fabril, que combinava maquinário altamente avançado com praticamente nenhuma regulação de segurança. Somado a isso, ainda havia o fato de que nem o Estado czarista e nem os capitalistas individuais tinham criado qualquer sistema funcional de seguridade para deficiências ou mesmo de seguridade social.

Em resposta a isso, os até então ilegais sindicatos, bem como o movimento socialista, tornaram a questão do seguro social e do seguro para deficientes um componente central em suas atividades políticas. Conforme esses movimentos cresceram, o Estado czarista se viu compelido a fazer pretensas iniciativas para resolver o problema e, em 1903, ele colocou em frente um plano para a criação de uma lei nacional para o seguro voltado às pessoas com deficiências. Todavia, ao invés de aplacar o movimento dos trabalhadores, o plano do czar serviu apenas para estimular ainda mais a raiva e o radicalismo dos trabalhadores, tendo em vista que ele era claramente inadequado e injusto.

Em um artigo escrito em 1903, para o jornal *Iskra*, o líder bolchevique, Vladimir Lenin, atacou duramente a proposta de lei feita pelo czar que obrigava “os donos das empresas a pagar compensação para os trabalhadores que perdessem sua capacidade de trabalho ‘devido a lesões corporais causadas pelas operações produtivas da empresa’”, mas que absolvía os empregadores em casos nos quais as deficiências fossem resultantes de “doenças causadas por condições de trabalho danosas à saúde”. A lei também estipulava que

“os empregadores podiam provar não apenas as más intenções da parte da vítima, mas também alegar ‘grave descuido por parte da vítima, algo imprevisto pelo conjunto das operações [...]’. Esse ‘grave descuido’ é algo bastante vago e indefinível [...]. Os capitalistas sempre alegaram e sempre vão alegar que os ‘descuidos’ dos trabalhadores são graves e imprevistos e sempre irão arregimentar dez vezes mais testemunhas e ‘advogados legítimos’ do que os próprios operários na hora de provar seus argumentos (advogados que ainda por cima são pagos com taxas anuais oriundas das próprias fábricas!). A inclusão dos graves descuidos na letra da lei é uma concessão crassa a necessidade de lucro dos empresários: os trabalhadores nunca ficam presos nas máquinas por sua própria escolha, mas sim por contratemplos; mas você não consegue ser extremamente cuidadoso quando trabalha de dez a onze horas por dia entre máquinas que mal são examinadas, em oficinas com pouca iluminação, em meio a barulhos estridentes, com seus sentidos anestesiados pelo trabalho entediante e com seus nervos no limite por conta da tensão excessiva. Isso dito, privar um operário com deficiência porque ele cometeu um ‘grave descuido’ significa penalizá-

lo ainda mais, permitindo assim que os capitalistas prossigam com sua inescrupulosa exploração” (LENIN, 1903).⁴

Por fim, o czar removeu sua impopular lei de seguridade em meio aos tumultos do levante de 1905. Contudo, outra versão que recebeu ainda maior apoio dos capitalistas ressurgiu em 1912. Em resposta a ela, os bolcheviques explicitamente se dirigiram ao tema numa versão atualizada e revisada de seu programa partidário. Em contraste com a “ímpia lei” da classe dominante, os bolcheviques exigiram que qualquer lei deveria incluir um conjunto de princípios radicalmente diferentes e muito mais extensos: Primeiro, ela deveria prover assistência a todos os casos de incapacidade, incluindo idade avançada, acidentes, doenças, morte dos provedores, bem como benefícios para a maternidade e nascituros. Em segundo lugar, tal lei deveria cobrir todos os trabalhadores assalariados e suas famílias. Em terceiro, os benefícios deveriam ser equivalentes ao total da renda do beneficiado e de seus familiares e todos os custos deveriam ser arcados pelos empregadores e pelo Estado. Por fim, as organizações de seguros deveriam ser colocadas sob um controle completamente democrático, comandado pelos próprios assegurados (NAVARRO, 1977, p. 475-477).

A versão final da lei sobre as deficiências de 1912, feita pelo governo czarista, não incluiu nenhum desses princípios. O tema permaneceu sem resolução para os trabalhadores e, em 1917, ele emergiu novamente como um dos componentes principais da revolução.

O sistema de saúde

O segundo maior tema que estimulava a raiva dos trabalhadores tanto em 1905 quanto em 1917 era o abismal estado do sistema de saúde na Rússia czarista. A pouca estrutural médica existente era quase que exclusivamente avaliável somente para as classes proprietárias da elite. O miserável orçamento medico do estado czarista estava focado todo ele na entrega de serviços pagos de

⁴ Ver também Lenin (1977, p. 99-100). Esse artigo foi publicado cerca de três semanas depois do Partido Operário Social-Democrata Russo ter se dividido nas facções bolchevique e menchevique, no congresso do partido em agosto de 1903.

tratamento individuais, ao invés de um sistema de prevenção social financiado publicamente, o que envolvia garantir condições dignas sanitárias para o grosso da população, tanto em termos de moradia, trabalho, alimentação e água. O resultado disso é que a Rússia vivia recorrentes epidemias de cólera e tifoide, que matavam centenas de milhares de pessoas. Essas epidemias acabaram piorando ainda mais durante a Primeira Guerra Mundial.

Dentre os trabalhadores e profissionais que existiam no sistema de saúde da época, eram geralmente os trabalhadores da saúde e enfermeiras mais desprestigiadas que tendiam a ser mais radicais politicamente e, conseqüentemente, mais simpáticos ao programa bolchevique em prol de um sistema de saúde gratuito, universal e democraticamente organizado; os médicos, por sua vez, tendiam a ser muito mais conservadores e hostis aos bolcheviques. Ainda assim, isso também começaria a mudar durante e depois do levante de 1905. A questão do sistema de saúde tornou-se inevitavelmente política. Por exemplo, em 1905 um congresso sobre cólera organizado por médicos, resoluções foram aprovadas em prol de apoio ao chamado revolucionário em prol de sufrágio universal, governo representativo e liberdades civis básicas. Um crescente número de médicos também começou a organizar-se em torno do radical Sindicato dos Médicos Pessoais de todas as Rússias, formado no final de 1905 e no qual um pequeno grupo de médicos marxistas passou a ganhar cada vez mais espaço (HUTCHINSON, 1990, p. 6-8).

Afetada e inspirada pelas massas e pelo movimento democrático de trabalhadores e camponeses, um crescente número de profissionais médicos estava agora adotando visões mais igualitárias socialmente. A revolução de 1905

“veio a simbolizar o papel desempenhado pela medicina preventiva e pelas reformas sociais e o que eles poderiam representar para a Rússia se eles escapassem da paralisante mão de ferro do regime czarista [...]. Médicos marxistas emergiram da revolução de 1905 com suas ferramentas analíticas intactas e ainda mais afiadas. Escrevendo sobre o pseudônimo de ‘E.M.’, o médico bolchevique E. G. Munblit argumentou que a crise da medicina era apenas uma parte de uma crise ainda maior que envolvia a Rússia governada pelos latifundiários das ‘centúrias negras’. Enquanto isso, um médico fabril menchevique, L. B. Granovskii argumentou arduamente para demonstrar que o capitalismo que avançava era responsável pela presença da tuberculose, do alcoolismo e das doenças venéreas na Rússia” (ibid., 1990, p. 8).

Por volta de 1917, um número significativo de médicos proeminentes havia aderido aos bolcheviques.

“Os problemas acerca da saúde pública para a população miserável – uma solução que se encontra além da medicina – fizeram com que os médicos se tornassem um dos grupos mais radicais da intelectualidade. Tornando-se críticos das políticas governamentais sobre saúde pública, muitos deles se tornaram também críticos do regime. Durante os [...] eventos revolucionários, os médicos culpavam o regime repressivo por destruir a saúde da população” (SIROTKINA, 2007, p. 125).

Se as elites da profissão médica estavam passando por seu próprio processo de radicalização, mais ainda estavam passando os trabalhadores da saúde nos hospitais e nas vilas. Esse grupo levou adianta o chamado dos médicos por maior democracia na esfera política e deu um passo adianta, defendendo a democracia dentro das facilidades e instituições de saúde. Eles exigiram que o sistema de saúde fosse tirado das mãos de administradores não-eleitos e, ao invés disso, fosse colocado sobre o controle de trabalhadores e pacientes.

Um editorial de 1910 em um jornal bolchevique sintetizou essa posição muito bem: “Um verdadeiro sistema de saúde (e com ele, a concretização de uma ideia de autogoverno) só se tornará real quando ele for passado para as mãos daqueles que irão encará-lo literalmente como uma questão de vida ou morte” (WEISSMAN, 1990, p. 99).

Psiquiatria e doenças mentais

Outro importante campo de lutas que estimulou e foi estimulado pelo movimento revolucionário foi o da psiquiatria e das doenças mentais. Antes de 1905, a trajetória da psiquiatria na Rússia foi praticamente igual a do restante da Europa capitalista; a dizer, o crescimento massivo de hospícios carcerários e outras instituições de saúde mental que, na prática, eram mais lugares de repressão e tortura do que qualquer outra coisa. A polícia czarista exercia controle despótico sobre tais instituições e usava elas como verdadeiro depósito para todos aqueles considerados “elementos indesejáveis” que eles queriam segregar tanto da sociedade quanto da população carcerária geral. Isso incluía prisioneiros políticos, vagabundos e pequenos ladrões, além de pessoas que

tinham doenças mentais e deficiências. A polícia esperava que os psiquiatras dentro dessas instituições agissem mais como carcereiros auxiliares do que como médicos (BROWN, 1990, p. 32).

Tais condições abomináveis, tão comuns na virada do século, foram muito bem descritas e analisadas por um dos poucos e primeiros marxistas na psiquiatria russa, Pavel Iakobi. Em 1900, Iakobi escreveu uma diatribe de 700 páginas contra o estado da psiquiatria na Rússia e a corruptora influência que a emergência do capitalismo exercia sobre o campo. Ele argumentava que com a elevação da importância das relações de propriedade burguesas, a concepção predominante de “insanidade” na Rússia se alterou, deixando de vê-las como idiosincrasias mais ou menos neutras para ver elas como uma ameaça direta a tudo que constituiria a “normalidade” (leia-se: lucrativa) do funcionamento da sociedade e da economia. Portanto, os asilos e hospícios, argumentava Iakobi, não tinham nada a ver com auxílio ou proteção dos seus ocupantes e sim, com a proteção e o auxílio da sociedade contra eles.

“Uma vez que o tema tenha sido formulado em termos de defesa da sociedade perante o ataque dos insanos, dois grupos beligerantes passam a ser distinguidos: a sociedade e os insanos. Nós psiquiatras constituímos o grupo avançado da sociedade, a vanguarda, os caçadores do inimigo, os batedores. Nós psiquiatras abrimos fogo contra os insanos. Nós os caçamos como leprosos medievais e instruímos a administração para que tome as medidas necessárias, mas não para ajuda-los. Oh, não! Nós pedimos que tais instituições nos protejam deles e, preferencialmente, ‘trancando-os’. Como frades dominicanos medievais, nós rastreamos a heresia dos processos intelectuais e, sem demora, nós entregamos esses criminosos hereges, porém seculares, às autoridades” (apud BROWN, 1983, p. 278-279).

O fenômeno da psiquiatria enquanto prática policialesca ainda foi mais profundo na Rússia devido ao fato de que o código legal do czarismo efetivamente criminalizava as doenças mentais. Por exemplo, uma tentativa de suicídio era considerada uma ofensa criminal a qual o sobrevivente poderia ser preso (ibid., 2007, p. 130). Da mesma forma, qualquer pessoa com uma doença mental ou com uma desordem psicossocial de qualquer tipo, que por ventura fosse acusada de cometer algum crime, poderia ser legalmente aprisionada por tempo indeterminado em um dos asilos do regime do czar (ibid., 1983, p. 277).

Durante anos os profissionais de psiquiatria na Rússia tinham desempenhado um papel de cúmplices silenciosos perante tais atrocidades. Mas isso começou a mudar radicalmente durante a virada revolucionária de 1905 a 1917. De repente, sob a influência dos eventos transformadores que estavam acontecendo ao seu redor, um grande número de profissionais da psiquiatria começara a expressar abertamente o seu ultraje para com a situação do campo. Eles se recusaram a continuar agindo meramente como apêndices da polícia czarista. Eles declararam que queriam ajudar as pessoas e não reprimi-las.

Muitos psiquiatras tinham começado a aderir a tese de Iakobi de que o problema fundamental não resistia dentro dos hospícios, mas sim na própria sociedade do lado de fora. Eles proclamaram que era justamente o despotismo czarista e a repressão – combinados com a pobreza, a desigualdade e a incessante guerra – que eram os principais fatores que contribuíam para a degradação da saúde mental e da disposição psicológica da população. Por fim, eles passaram a defender a derrubada revolucionária da sociedade existente tendo em vista, literalmente, a libertação da mente das pessoas.

Como explicou uma historiadora:

“A revolução de 1905 foi um evento que drasticamente mudou as orientações de muitos psiquiatras russos. Encarando o desafio real e concreto para a estabilidade política e econômica, os psiquiatras viram-se dedicando uma cada vez maior atenção para causas exógenas para aquilo que eles acreditavam ser níveis cada vez mais altos de neurastenia, histeria e outras formas de doenças mentais. [...] Ficava, claro a partir dos congressos anuais e das revistas médicas da época, que os psiquiatras, fossem eles liberais ou conservadores, estavam cada vez mais dispostos a aceitar relações entre distúrbios sócio-políticos e patologias mentais, mais até do que antes de 1905. [...] A profissão, como um todo, falava com uma voz cada vez mais unida sobre temas políticos e sociais. No âmago da crítica [...] estava uma firme convicção de que a “prevenção para a degeneração física e psicológica da população dependia basicamente de reformas políticas e econômicas para a vida dos russos” (ibid., 1990, p. 36 e 42).

A crescente radicalização da profissão foi ainda mais catalisada por e refletida nas guerras imperiais que o Estado czarista lançava à nação – primeiro na guerra contra o Japão, em 1905 e depois na Primeira Guerra Mundial, em 1914. Ao contrário de suas contrapartes na Europa e nos Estados Unidos, a

psiquiatria russa majoritariamente resistiu às tentativas do governo de alistá-los a serviço do império. Internacionalmente, a epidemia de “traumas de guerra” ou de “neuroses de guerra” dentre os soldados havia se tornado cada vez mais reconhecida. Contudo, muitos (se não a maioria) dos psiquiatras europeus afirmavam que o fenômeno não estava relacionado à guerra de verdade, mas sim a uma espécie de “paralelismo de guerra com a chamada neurose que acomete trabalhadores menos empenhados e que saem em busca de pensão”; em outras palavras, “reações psicológicas – ou histéricas – que advinham de homens covardes, sem força de vontade ou preguiçosos” (SIROTKINA, 2007, p. 121).

Em contraste a esse quadro, a maioria dos psiquiatras russos – já infectados com o germe do desdém revolucionário para com o governo beligerante – rejeitavam esse argumento. Ao invés disso, eles afirmavam que “além de ferir o corpo do soldado, as balas distorcem seus sentimentos e mutilam sua alma” e que o papel singular dos psiquiatras deveria ser curar e tratar essas pessoas com compaixão. Os soldados em sofrimento que demonstravam tanto uma incapacidade como um desejo de não combater, não eram “defeituosos”, mas sim vítimas de um governo que injustamente os enviara para o front (ibid., 2007, p. 118-119 e 127).

As hostilidades entre o regime czarista e a profissão psiquiátrica se tornaram cada vez mais abertas e repressivas. Por exemplo, em 1911, no encontro inaugural da União Russa de Psiquiatras e Neuropatologistas, a maioria dos discursos continham críticas tão duras ao governo que ele logo foi fechado pela polícia, logo após sua primeira sessão (BROWN, 1983, p. 279-283). Em 1917, assim como em 1905, o regime cuidadosamente monitorou a situação explosiva dos hospícios do país: e os relatórios indicavam que essas instituições estavam sendo espontaneamente sendo tomados por trabalhadores e pacientes, que procuravam expulsar assim os administradores e a polícia (ibid., 1990, p. 38-39). Durante o cerne da revolução, “o grosso da profissão estava abertamente engajada contra o governo czarista. Muitos hospitais psiquiátricos tinham se tornado centros de atividade política subterrânea da esquerda. Os psiquiatras, em cada vez maior número, estavam sendo demitidos, presos, exilados ou mesmo se demitiam em protesto contra as políticas do governo” (Brown, 1983, p. 283).

A democracia e o controle nos locais de trabalho

A arena final da luta de massas pré-revolucionária que esse artigo se propõe a examinar é a do movimento em prol da democracia e do controle dos locais de trabalho. Essa questão, em particular, será abordada em relação ao tema do emprego e da acomodação dos trabalhadores com deficiências.

Nas sociedades capitalistas modernas, a integração (e retenção) das pessoas com deficiências numa economia produtiva tem se mostrado bastante elusivo. Ainda que as tão celebradas reformas legislativas tenham sido colocadas em prática, tais como o *Americans with Disabilities Act*, de 1990 (que procurou aumentar diretamente o emprego de pessoas com deficiências exigindo que empregadores criassem “acomodações razoáveis” para esses trabalhadores), elas não levaram nenhuma melhoria significativa nos impressionantes números de desempregados entre pessoas com deficiências (RUSSELL, 2002, p. 221).

Na verdade, a própria natureza das relações de produção perante o capitalismo torna esse um problema insolúvel dentro dos limites do próprio sistema capitalista. Colocado de forma mais simples, o que importa mais à classe capitalista não é a acomodação da classe trabalhadora, mas sim a maximização de seus lucros através da intensificação da produção. E esse é precisamente o caso quando se trata de trabalhadores portadores de deficiências que os tornam menos produtivos (e, portanto, menos lucrativos) que suas contrapartes (ou competidores) não-portadores de deficiências, ao menos do ponto de vista do mercado de trabalho.

É por essa razão que a questão do poder e do controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo está intimamente associado à luta por direitos das pessoas com deficiência. Ao longo da história do capitalismo, as acomodações introduzidas nos locais de trabalho que conseguiram efetivamente colocar as necessidades dos trabalhadores humanos acima de considerações abstratas sobre lucro e produtividade, foram invariavelmente resultado da luta de classes entre os trabalhadores contra os capitalistas.

Durante os eventos da Revolução Russa, esse fenômeno se expressou, de certa forma, numa maneira muito mais desenvolvida do que até então na

história do mundo. Em 1905 e, de novo, em 1917, essa classe trabalhadora cada vez mais confiante e combativa colocou demandas cada vez mais radicais voltadas a subverter a situação de impotência nos locais de trabalho. Porém, foi somente após a Revolução de Fevereiro – na qual o czar foi deposto e substituído por um governo provisório dominado por capitalistas juntamente com os sovietes de trabalhadores nas cidades e nas vilas – que o movimento em prol do controle da produção se tornou um fenômeno de massas e de alcance nacional. Em seu livro, *Red Petrograd: Revolution in the Factories, 1917-1918*, Steve A. Smith descreve assim a dinâmica da capital russa:

“No dia 3 de março, tudo havia acabado. O czar havia abdicado e a Rússia estava livre! A derrubada da dinastia Romanov inspirava os trabalhadores e os enchia de euforia. Eles retornaram para as fábricas determinados a fazer com que o Antigo Regime também acabasse nos locais de trabalho, assim como em toda a sociedade. Eles voltaram aos empregos rasgando os antigos contratos, os antigos livros de regras e as temíveis listas negras. [...] Ao longo das fábricas de Petrogrado, os operários clamavam para que fossem destruídas todas as hierarquias administrativas que faziam de suas vidas um inferno” (SMITH, 1983, p. 54).

Conforme o ano seguiu, formas de controle dos trabalhadores e a propagação de suas demandas se tornavam cada vez maiores e mais disseminadas. Um olhar para essas demandas que eram feitas aos gerentes, numa típica metalúrgica de Moscou de três mil trabalhadores em junho de 1917, pode servir como exemplo:

“Criar um espaço permanente para um comitê de trabalhadores e para encontros gerais da fábrica, palestras e outras atividades culturais.

Trazer ventilação de ar para todos os espaços fechados onde há trabalho produtivo.

Duchas e saunas para ambos os sexos.

Temperatura adequada nas oficinas e nas casas de lavagem durante o inverno.

Em todas as oficinas deve ter uma cafeteria ou um espaço fechado e aquecido.

Fazer toaletes o mais perto possível das oficinas.

Em todas oficinas, deve haver um armário para a roupa dos trabalhadores.

Na oficina de folha de metal e na área de construção, deve haver água quente, pois elas são mais distantes e inacessíveis devido a natureza contínua do trabalho.

Remédios prescritos por médicos devem ser distribuídos em nossas clínicas locais e, se as clínicas não tiverem, a fábrica deverá compra-los de outros farmacêuticos” (apud MURPHY, 2007, p. 50-51).

Disputas acerca da produtividade do trabalho, que como afirmamos antes, estão particularmente intrincadas na questão dos direitos dos trabalhadores com deficiências, também se intensificaram durante os meses entre as revoluções. Os trabalhadores exigiam e cada vez mais implementavam à força a abolição das práticas difundidas pelos gerentes de demitir qualquer operário cuja produtividade caísse para além do nível do ano anterior. Quase todos eles também apoiavam a implementação de escalas de pagamento mais igualitárias, mesmo diante de diferentes níveis de qualificação, uma reforma que era de particular relevância para os trabalhadores com deficiências, que geralmente estão entre aqueles setores mais marginalizados, mais mal pagos e menos qualificados da força de trabalho.

Dentre outras questões, tais medidas tinham o efeito de separar os salários e os empregos da produtividade, ou em outras palavras, atacar a própria raiz das normas econômicas do capitalismo e com o isolamento econômico das pessoas com deficiências. A luta entre trabalhadores e gerentes na Companhia Metalúrgica de Guzhon, em Moscou, durante o ano de 1917, claramente expressa esse fenômeno. Como destaca Kevin Murphy:

“Ao longo de 1917, as demandas dos operários se tornaram mais inclusivas e recebiam atenção pelo seu apoio aos setores anteriormente marginalizados da força de trabalho. As reclamações salariais agora focavam no abismo existente entre o pagamento de trabalhadores qualificados e não-qualificados. Uma assembleia geral da fábrica, em 23 de abril, votou unanimemente a favor de que os trabalhadores qualificados deveriam recusar salários excessivos, exigindo que esses fundos fossem transferidos aos trabalhadores não-qualificados. [...] Por dezesseis dias, em abril, o departamento de parafusos produziu 12.000

materiais; em todo o mês de maio, 10.200. O gerente da oficina ficou indignado quando soube e exigiu que eles trabalhassem mais, mas os operários fizeram com que ele saísse da fábrica sob a ameaça de violência.” (MURPHY, 2007, p. 47-48).

A resposta dada pelo dono da fábrica, Iulii Guzhon, ajuda a iluminar o quão transparente é a consciência de classe capitalista. Assim escreve Murphy: “Guzhon insistiu em manter a estratificação salarial, argumento que aumentar os salários dos trabalhadores não-qualificados iria enfraquecer a própria fundação da produtividade [e] que a ‘quantidade dos pagamentos deve corresponder, direta e inseparavelmente, a produtividade dos operários’ [...] Os operários, contudo, estavam mais preocupados com a igualdade econômica do que com as logísticas administrativas de uma empresa lucrativa. [...] [Eles estavam] unidos, defendendo propostas para uma escala salarial mais igualitária que desse ‘a possibilidade de subsistência não apenas para os trabalhadores qualificados, mas sim para todos os tipos de trabalhadores’” (ibid., 2007, p. 51).

Deficiências e emancipação

Ao debater a questão das deficiências como algo relacionado à revolução de 1917, é importante enfatizar que as pessoas com deficiências de todas as partes estavam envolvidas, ajudaram e tiveram papéis determinantes nas transformações que ocorriam naquela época. Foram os trabalhadores com deficiências e os trabalhadores mais velhos que, juntos com suas famílias, estavam por trás da defesa nacional em torno da segurança no trabalho, dos seguros para acidentes e deficiências e da própria seguridade social. Foram os russos que estavam doentes ou incapacitados que tiveram um papel crucial na luta popular por um sistema de saúde universal e gratuito. Foram aqueles com (e também os sem) doenças mentais, dentro dos hospícios e asilos, que tão radicalmente afetaram a totalidade da psiquiatria russa.

Após os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, foram os soldados com deficiências e os veteranos que, em última instância, tiveram um papel crucial no processo revolucionário. Em sua *História da Revolução Russa*, Leon Trotsky descreve uma cena no início de 1917 que demonstra a forma na qual o

efervescente conflito de classes estava chegando em todas as esferas da sociedade, inclusive dentre os militares:

“Em Moscou, em um dos anfiteatros, um encontro de inválidos⁵ havia sido chamado, com soldados e oficiais juntos. Um orador que era aleijado começou a lançar críticas diretamente aos oficiais. Um barulho de protesto se iniciara, um bater de pés, bengalas, muletas. ‘E por quanto tempo você, sr. oficial, ficou insultando os soldados com chicotes e punhos?’ Essas pessoas com suas feridas de guerra, muitas deles mutiladas, se postaram em duas fileiras, uma de frente para a outra. Soldados aleijados contra oficiais aleijados, a maioria contra a minoria, muletas contra muletas” (TROTSKY, 2008, p. 187).

Por volta de agosto de 1917, o conflito havia se cristalizado em dois campos organizados e opostos, dentre os militares com deficiências. Em uma conferência oficial de Estado, organizada pelo governo provisório, a maioria dos oficiais militares presentes falaram em favor daquele viria ser o líder da tentativa do golpe direitista, general Kornilov. Contudo, Trotsky notara que esse mesmo grupo foi confrontado ferozmente naquela conferência por representantes da “Liga de Todas as Rússias dos Guerreiros Aleijados”, compostas por camponeses e soldados que falaram decisivamente a favor da autoridade do ainda não oficial governo dos soviets, o qual tornara-se, nos últimos meses, um veículo no qual as massas russas estavam disputando o poder contra as classes dominantes de capitalistas e latifundiários (ibid., 2008, p. 485).

No âmbito geral, o simples fato de que qualquer movimento dos trabalhadores, oprimidos e classes subalternas levasse a incluir mais pessoas com deficiências por conta das inequidades do capitalismo, invariavelmente faz com que esses grupos tenham de lidar com muito mais casos de experiências de deficiências do que as elites dominantes de uma sociedade (e, inversamente, faz com que as pessoas com deficiências desproporcionalmente juntem-se às camadas mais baixas em termos de acesso a emprego, moradia, serviços de assistência, etc.) (SLORACH, 2015, p. 150 e 165-166). As políticas para pessoas com deficiências são, portanto, um componente intrínseco da luta dos

⁵ “Inválido” era o termo oficial utilizado na Europa e nos Estados Unidos para categorizar os soldados portadores de deficiências.

trabalhadores e isso é ainda maior quando tais lutas assumem proporções revolucionárias.

Indo mais além, como a recente e cada vez maior intelectualidade que estuda o campo das deficiências, cada grupo oprimido que luta por libertação na era moderna teve de invariavelmente confrontar-se com a questão das deficiências, de uma forma ou de outra. Seja o caso das mulheres, dos negros, dos imigrantes ou dos pobres, as classes dominantes procuraram deslegitimar as demandas históricas desses grupos por igualdade valendo-se da alegação de uma suposta incapacidade inerente a eles para poderem se autogovernar. Em outras palavras, eles foram sujeitos a uma forma de deficiência em relação às normas dominantes, fossem elas raciais, de gênero e de classe (BAYNTON, 2013, p. 16-33).

Esse fenômeno provou ser verdadeiro também para os grupos oprimidos e explorados de operários e camponeses na Rússia revolucionária. As elites russas – em primeiro lugar, a autocracia czarista, mas também os capitalistas e latifundiários –, por sua vez, justificaram seu domínio sobre trabalhadores, soldados e camponeses ao afirmarem que eles eram muito estúpidos, analfabetos, “aleijados”, tanto de mente quanto de corpo – fosse por ancestralidade, fosse por acidente – e que não poderiam governar a sociedade.

Durante os momentos cruciais de 1917, foi o ponto de vista dos bolcheviques que mais ressoou para com as massas oprimidas ao rejeitarem tais preconceitos. Ao terem como ponto de partida os avanços na saúde e na tecnologia que o capitalismo havia desenvolvido (ainda que somente para poucos e com grandes custos humanos), os bolcheviques procuraram libertar precisamente aquela característica tipicamente humana que é tão reprimida – a habilidade de trabalhar cooperativamente para conseguir chegar a resultados que excedem, em muito, as capacidades individuais das pessoas.

“Nós não somos utópicos”, escreveu Lenin, em outubro de 1917, nas vésperas da segunda revolução que dispersara o governo provisório e colocara todo o poder nas mãos dos soviets.

“Nós sabemos que um trabalhador não-qualificado ou um cozinheiro não podem imediatamente assumir o trabalho de administrar o Estado. Nisso, nós concordamos com [nossos detratores]. Nós nos diferimos deles, contudo, porque nós exigimos uma ruptura imediata com as

visões preconceituosas que afirmam que apenas os ricos, ou os oficiais escolhidos pelas famílias ricas, são capazes de administrar o Estado, de realizarem as tarefas ordinárias e cotidianas da administração. Nós exigimos que trabalhadores e soldados com consciência de classe ensinem esse trabalho de administrar o Estado e que esse treinamento comece o quanto antes. Para que tão logo se inicie, que treinemos todos os trabalhadores, todos os pobres, para esse trabalho” (LENIN, 1917).

Escrevendo dezesseis anos depois desses eventos, Trotsky colocou a questão em termos ainda mais objetivos:

“‘Quem poderia acreditar’, escreveu um general czarista com profunda indignação logo após o levante, ‘que um porteiro ou um vigia subitamente tornar-se-iam chefes de justiça, que um atendente de hospital viria a ser o diretor do hospital, que um barbeiro se tornaria um secretário de gabinete, que um cabo viria a ser comandante, que uma diarista se tornasse prefeita, que um ferreiro seria o diretor de uma fábrica?’ ‘Quem iria acreditar?’ Mas tinham que acreditar. Eles não podiam fazer mais nada, mas acreditar, pois os cabos derrotaram os generais, a prefeita – a antiga diarista – quebrou a resistência da velha burocracia, o vagonista colocou o sistema de transportes em ordem, o ferreiro tornado diretor colocou os equipamentos industriais em condições de trabalho. ‘Quem poderia acreditar?’ Pois que tentem não acreditar” (TROTSKY, 1933).

Da revolução à contrarrevolução: deficiências na União Soviética (1917-1927)

No final de outubro de 1917, o partido bolchevique havia obtido clara maioria dentre os operários e camponeses dentro da rede nacional de sovietes, graças ao seu programa de derrubada do governo provisório. Quase que imediatamente, após ter conduzido a revolução, os bolcheviques começaram o processo de reformulação de toda a Rússia. É claro que nesses primeiros e otimistas anos, suas ambições foram muito maiores do que os meios limitados que o atraso econômico russo lhes fornecia. Ainda assim, esperançosos de que a revolução se espalhariá para os países capitalistas avançados na Europa – trazendo consigo a promessa de ajuda internacional direta e um fim ao cerco

econômico organizado pelos mesmos países capitalistas –, os bolcheviques começaram a reorganizar a sociedade numa direção verdadeiramente revolucionária.

Três grandes áreas nas quais a revolução afetou significativamente as mudanças referentes às deficiências foram: a lei e as políticas; o trabalho e a economia; e a saúde e a educação. Para fins desse artigo, a questão a ser explorada será a da lei e das políticas.

Dentro dos primeiros quatro anos da revolução, os bolcheviques deram início a uma enxurrada de novas leis que codificaram basicamente todas as grandes demandas relacionadas às deficiências que emanavam dos movimentos de massas das duas últimas décadas. Essas demandas incluíam:

“A redução da jornada máxima de trabalho para oito horas para a maioria dos trabalhos, de seis a sete horas para outros e de quatro a seis horas para os mais perigosos.

A licença maternidade com pagamento integral e creches gratuitas para todas as mulheres trabalhadoras pelo menos por dois meses antes e dois meses depois do nascimento.

Cobertura total de seguridade social para todos os trabalhadores, dando conta de todas as formas de deficiências, independente se a origem dela fosse relacionada ou não ao trabalho; todas instituições de seguridade deveriam ser administradas direta e inteiramente pelos próprios assegurados; o seguro para deficiências temporárias deveria ser integral e válido para todas incapacidades.

Total cobertura de seguridade social para todos e todas, com pensões governamentais disponíveis para aqueles que estivessem temporariamente ou permanentemente fora da força de trabalho devido a deficiências, idade avançada, doenças, etc.; as pensões de seguridade social deveriam ser determinadas apenas a partir do salário base de uma determinada região, ao invés de se referir aos salários individuais anteriores, ao status empregatício anterior, ou da própria natureza da condição geradora da deficiência.

Um sistema médico universal e gratuito para todos, incluindo a distribuição gratuita de remédios, próteses e outros equipamentos de assistência; todos os cuidados médicos deveriam ser colocados sobre o controle das autogestionadas entidades de beneficência aos doentes, cujo corpo administrativo seria eleito por trabalhadores e pacientes.

O estabelecimento de inspeções de trabalho para todos os locais de trabalho, a serem eleitos pelos próprios trabalhadores, com o objetivo de proibir a remediar todos aspectos inseguros e perigosos da produção.

Legalização das ocupações de massas feitas por camponeses, bem como a redistribuição das antigas propriedades feudais, com a seguinte estipulação a ser escrita no importante decreto sobre a terra: ‘no caso de uma eventual e temporária invalidez de qualquer membro de uma comuna no período de dois anos, tal comuna será obrigada a dar assistência ao deficiente durante esse período cultivando coletivamente suas terras até que ele possa voltar ao trabalho [...]. Camponeses que tenham idade avançada ou tenham problemas de saúde, estão permanentemente inválidos e incapazes de cultivar a terra pessoalmente e, portanto, deverão receber uma pensão por parte do Estado” (Tais demandas foram retiradas de diversas fontes. Ver NEWSHOLME; KINGSBURY, 1933, p. 107; RANSOME, 1919, p. 112-117; NAVARRO, 1977, p. 17-18; LENIN, 1917; MCCAGG; SIGELBAUM, 1989, p. 78-79 e 169).

Talvez o mais interessante, senão o mais surpreendente, é que o Congresso dos Sovietes de Todas as Rússias – o mais alto corpo legislativo da Rússia naquela época –, sem qualquer cerimônia, entrou para a história, no ano de 1918, como o primeiro governo do mundo (e um dos poucos mesmo nos dias de hoje) a ratificar uma constituição federal que mencionava explicitamente, bem como reconhecia, os direitos civis das pessoas com deficiências, consideradas como componente integral da sociedade.⁶

No plano jurídico, o governo soviético aboliu todo a edificação legal do antigo código penal czarista, bem como seu sistema jurídico, substituindo-os por um novo sistema no qual todos os juízes seriam sujeitos à eleições e *recall*.⁷ Uma medida ainda mais avançada retirou ainda mais a posição semimonárquica que os magistrados tinham nas cortes, dando peso ainda maior em processos deliberativos para professores, assistentes sociais, psicólogos e afins (BRINTLINGER; VINITSKY, 2007, p. 13)

⁶ Ver Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, ratificada pelo Quinto Congresso dos Sovietes de Todas as Rússias, 10 de julho de 1918.

⁷ Trata-se do relevante decreto do governo em 7 de dezembro de 1917, que abolia todas as instituições legais previamente existentes (cf. LIEBMAN, 1980, p. 326).

Além disso, sob um novo sistema legal, os juízes não tinham praticamente nenhuma autoridade sobre casos que envolviam crianças abaixo dos dezoito anos, que agora eram resolvidos exclusivamente ou pelo comissariado para educação, ou pelo comissariado de saúde pública. As crianças tampouco podiam ser encarceradas em prisões, ou em “centros de detenção juvenil”, como são eufemisticamente chamados em muitos países nos dias de hoje (incluindo os Estados Unidos).⁸

Em termos de código penal, o suicídio e a insanidade não mais foram criminalizados, tornando-se agora problemas que, no máximo, dependiam de intervenção terapêutica social ou psicológica.⁹ Além disso, quando nas antigas cortes czaristas era comum considerar a condição psicológica do acusado um motivo para permitir penas ainda mais duras, o novo sistema jurídico agora mostrava uma tendência generalizada para ser ainda mais leniente com aqueles que por ventura apresentassem problemas ou desordens psicológicas (HEALEY, 2007, p. 150-168).

Outra importante reforma penal adentrava na descriminalização de temas relacionados aos vícios e à saúde sexual. Ser alcoólatra ou contrair uma doença sexualmente transmissível, por exemplo, não era mais visto oficialmente como uma espécie de crime moral dos indivíduos, mas sim um problema social que necessitava de tratamento em âmbito público e social (SOLOMON, 1990, p. 175-189; TROTSKY, 1986, p. 175-176). Tal ponto de vista contrastava enormemente com aquele que existia nos Estados Unidos da época, por exemplo, que na década de 1920 não apenas havia criminalizado o consumo de álcool, mas também continuava a prática de encarcerar profissionais médicos e ativistas pelo “crime” de distribuírem panfletos educativos que continham informações sobre contracepção e higiene sexual.¹⁰

⁸ Conselho do Comissariado do Povo, “Casos de jovens acusados de cometerem atos socialmente perigosos”. *Izvestia*, nº. 51, 6 de março de 1920. Esse caso é citado em Lenin (1920). Ver também, Semashko (1920, p. 276-279).

⁹ Deve ser observado, contudo, que a revisão do código legal soviético, feita em 1922, tornou ilegal “instigar”, ou coagir alguém a cometer suicídio (por exemplo, colocando-os sob determinadas condições de persistente pressão psicológica). Ver Pinnow (2007, p. 130-146).

¹⁰ A décima-oitava emenda da Constituição Americana voltava-se à proibição do álcool. Sobre a criminalização. Ver Latson (2015).

As reformas subsequentes, no código penal, refletiram uma tendência generalizada da Rússia revolucionária que procurava evitar soluções carcerárias para uma série de fenômenos sociais. Por exemplo, se as pessoas não eram mais jogadas nas prisões somente porque tinham desordens ou incapacidades psicológicas, eles tampouco eram considerados indivíduos consignados a viver na míngua em hospícios ou instituições psiquiátricas (como era prática recorrente em todos os países capitalistas daquela época, fosse na Europa ou na América). Ao invés disso, um considerável e crescente número de psiquiatras russos passou a rejeitar as práticas de institucionalização total, considerando-as tanto ineficientes quanto desumanas. Agora, terapias e tratamentos deveriam serem aplicadas em programas baseados nas vilas rurais e uma série de espaços urbanos das cidades (BRINTLINGER; VINITSKY, 2007, p. 287). Ainda que houvesse um grande número de fatores que contribuíram com a desinstitucionalização na Rússia (alguns, de fato, bastante macabros, como a guerra civil e a fome que atingiram trabalhadores de saúde e pacientes), estima-se que em 1923, o número de pessoas nas instituições de saúde mental na Rússia havia caído cerca de 75% em comparação com os números anteriores à revolução (ibid., 2007, p. 13).

Apêndice: uma observação sobre o movimento revolucionário russo e a questão da eugenia

Desde o início do século XX até o final da Segunda Guerra Mundial, o movimento eugenista exerceu uma profunda e difusa influência nos representantes políticos e intelectuais dos circuitos das elites da Europa e dos Estados Unidos. Enquanto filosofia que situava a noção de engenharia racial e biológica como uma forma de “limpeza” genética humana perante elementos supostamente indesejáveis (como por exemplo, pessoas com deficiências, grupos étnicos “inferiores”, etc.), a eugenia provinha uma forma bastante conveniente de criar respostas fictícias para os líderes de um sistema capitalista convulsionado por insolúveis crises como guerras, revoluções, pobreza e colapso econômico.

A maioria das pessoas hoje estão familiarizadas com a noção de eugenia apenas no que diz respeito aos horrores feitos pelo regime nazifascista que governou a Alemanha de 1933 a 1945. Contudo, poucas delas sabem que durante as décadas de 1920 e 1930, os nazistas explicitamente conceberam seu projeto na tentativa de emular aquilo que havia de mais inovador e inédito nas práticas eugenistas: aquelas que estavam ocorrendo nos Estados Unidos.

Já em 1907, o estado de Indiana aprovou uma lei que legalizava a esterilização forçada de “criminosos, idiotas [e] imbecis”. Sem demora, essa prática se espalhou nacionalmente, chegando ao seu pico em 1927, quando a Suprema Corte afirmou a legalidade da esterilização forçada. Centenas de milhares de pessoas com deficiências, pobres, afro-americanos e outras minorias raciais oprimidas acabaram tornando-se vítimas de práticas eugenistas levadas a cabo por entidades legais em pelo menos trinta estados, além do próprio governo federal (NIELSEN, 2012, p. 100-130).

Em contraste a esse quadro, tais medidas de eugenia e suas recorrentes filosofias, estavam conspicuamente ausentes e marginalizadas na Rússia revolucionária. Um drástico exemplo desse contraste pode ser visto na comparação entre as leis de imigração na Rússia e nos Estados Unidos no final de 1917. Além de abolir o antigo código penal doméstico do regime czarista, o governo soviético acabou com todas as restrições imigratórias, incluindo aquelas referentes a deficiências. O principal argumento que definiria a entrada no país seria decidido através do comprometimento do imigrante em apoiar e participar do desenvolvimento da nova sociedade revolucionária (FELSHTINSKY, 1982, p. 327-348). Tal política é admirável em comparação com os protocolos de imigração do governo federal dos Estados Unidos na mesma época, pois esses explicitamente listavam as seguintes doenças e deficiências como motivos potenciais para a exclusão: epilepsia, doenças mentais, histórico de pelo menos um ataque de insanidade, surdez, cegueira, deformidade física, curvatura da espinha, doenças cardíacas, asma; em uma palavra, qualquer um que fosse considerado “mental ou fisicamente defeituoso, acabaria, por sua vez, trazendo consigo defeitos que poderiam afetar a habilidade desse estrangeiro de trabalhar para seu sustento” (BAYNTON, 2013, p. 25-28).

Isso não quer dizer que não havia defensores da eugenia na Rússia nessa época. Uma Sociedade de Eugenia Russa existiu no país durante a década de

1920, contendo nela um número considerável de cientistas, geneticistas, acadêmicos e zoologistas. Porém, é importante ressaltar que pelo menos até o período de 1928 a 1932, a liberdade acadêmica, científica e filosófica, era considerada sagrada tanto pelo governo revolucionário como pela população. E já que o Estado agora detinha praticamente todo o controle sobre os fundos públicos, qualquer estudo acadêmico iria, invariavelmente, depender desses fundos. Só posteriormente o Estado passou a censurar e controlar rigidamente os materiais que poderiam ser discutidos nas universidades e nos periódicos destinados à sociedade civil. Assim, enquanto eles parassem de apoiar abertamente ações violentas de contrarrevolução, tais grupos organizados como a Sociedade de Eugenia Russa, poderia garantir com relativa tranquilidade fundos governamentais para suas pesquisas (ADAMS, 1990, p. 200-220).

A variante russa da eugenia, todavia, aparece sob uma luz mais positiva quando comparada a que existia na Europa e nos Estados Unidos na época. As principais figuras e revistas russas rejeitavam majoritariamente a eugenia “negativa”, relacionada à “Ideia de Indiana”, ou seja, de esterilização compulsória. O historiador Mark Adams nos fornece uma anedota sobre esse efeito relacionando-o com uma série de palestras e artigos públicos em 1923 por alguém chamado M. V. Voltskoi, que pedia para que “um programa de esterilização fosse desenvolvido na Rússia”.

Ele afirmava que vasectomia não era castração; que ela estava funcionando bem nos Estados Unidos; que poderia ter início imediatamente; e que o sucesso do programa estadunidense iria indubitavelmente melhorar a qualidade biológica da população americana no futuro próximo. A defesa da esterilização eugenista de Volotskoi foi recebida com bastante oposição: as resenhas sobre seu livro feitas por Filipchenko [Yuri Filipchenko, fundador do movimento eugenista russo] e por outros autores não foram nada entusiasmadas e a discussão sobre esterilização nos encontros da sociedade de eugenia, de Leningrado a Saratov, foram todas elas hostis a essas ideias (ibid., 1990, p. 211-212).

Enquanto essa eugenia “negativa” falhava na tentativa de ganhar espaço no movimento eugenista russo, a chamada eugenia “positiva”, advogada pelo movimento (a dizer, o controle seletivo da reprodução dentre aqueles com características “desejáveis”), falhava em sua própria tentativa de ganhar espaço

na própria sociedade revolucionária russa. De acordo com alguns historiadores, a razão pela qual a eugenia permaneceu tão insignificante dentro da Rússia revolucionária era fruto exclusivamente da “implosão populacional” que o país sofrera. Um exemplo disso é o que o historiador Mark Adams escreve, afirmando que “entre 1917 a 1920, Moscou havia perdido 49,6% da sua população e Petrogrado perdera impactantes 71% [...]. A esterilização estava simplesmente for a de questão: dada a realidade social, a percepção mais comum não é de que a Rússia precisava de menos nascimentos, mas sim de muito mais” (ibid., 1990, p. 212).

O principal problema de uma análise tão determinista, contudo, é que ela não consegue explicar outros fenômenos que contradizem essa premissa. Se a implosão populacional foi o único fator por trás da impopularidade oficial da eugenia (ou, colocando de forma mais direta, de que simplesmente os russos não estavam tendo filhos suficiente), o que explicaria então a popularidade oficial que a legalização do aborto teve na Rússia, que em 1920 foi completamente discriminado e tornado gratuito e disponível para todas as mulheres sob quaisquer circunstâncias? De fato, uma campanha primordial defendida pela Sociedade de Eugenia Russa durante a década de 1920 foi justamente a anulação da legalização do aborto (ibid., 1990, p. 212).

Uma explicação mais convincente para a derrocada da eugenia na Rússia revolucionária pode estar em alguns fatores alternativos. Primeiramente, deve se levar em conta que uma grande parte da população russa havia se aproximado do marxismo, uma ideologia que é praticamente incompatível com as premissas da eugenia. Como ficara evidente diante das características da maioria dos argumentos lançados contra a eugenia nas revistas acadêmicas e nas conferências durante a década de 1920 na Rússia, a principal restrição era justamente a rejeição de que genes herdados biologicamente – ao contrário de condições históricas e socioeconômicas – seriam o fator determinante do comportamento humano. Em outras palavras, a chave para o bem-estar e para a melhoria da raça humana encontrava-se não na reestruturação genética, mas fundamentalmente na mudança das circunstâncias sociais existentes.

Em segundo lugar, como foi afirmado anteriormente, porquanto a revolução mantivesse seu caráter democrático, massivo e operário, a população que estava no poder, por assim dizer, não tinha nenhum interesse em teorias

que defendessem um caráter inerente (e hereditário) de supremacia para uma suposta aristocracia genética. As massas de trabalhadores urbanos e rurais, desde a infância até aquele momento, ouvia das elites que eles estavam na parte mais baixa da sociedade simplesmente porque eles eram inferiores. Mas agora que eles definitivamente conseguiram provar sua força e seu valor ao derrubarem coletivamente a ordem dominante, tal classe revolucionária de pessoas – que desproporcionalmente evocava os deficientes, os doentes e os chamados “malditos da terra” – obviamente tinha total razão para rejeitar de todas as formas a panaceia elitista da seleção genética artificial que era advogada por seus inimigos de classe ao redor do mundo.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Mark. Eugenics as Social Medicine in Revolutionary Russia: Prophets, Patrons, and the Dialectics of Discipline-Building. In: SOLOMON, Susan Gross; HUTCHINSON, John F. (org.). *Health and Society in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- BAYNTON, Douglas C. Disability and the Justification of Inequality in American History. In: DAVIS, Lennard J. (org.). *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge, 2013.
- BROWN, Julie V. Psychiatrists and the State in Tsarist Russia. In: COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (org.). *Social Control and the State: Historical and Comparative Essays*. Oxford: M. Robertson, 1983.
- BROWN, Julie V. Social Influences on Psychiatric Theory and Practice in Late Imperial Russia. In: SOLOMON, Susan Gross; HUTCHINSON, John F. (org.). *Health and Society in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- FELSHTINSKY, Yuri. The Legal Foundations of the Immigration and Emigration Policy of the USSR, 1917-1927. *Soviet Studies*, v. 34, n. 3, jul. 1982.
- HEALEY, Dan. Early Soviet Forensic Psychiatric Approaches to Sex Crime, 1917-1934. In: BRINTLINGER, Angela; VINITSKY, Ilya (org.). *Madness and the Mad in Russian Culture*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- HUTCHINSON, John F. Who Killed Cock Robin? An Inquiry into the Death of Zemstvo Medicine. In: SOLOMON, Susan Gross; HUTCHINSON, John F. *Health and Society in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

- LATSON, Jenniffer. Why Birth Control Pioneer Margaret Sanger Kept Getting Arrested. *Time Magazine*. 16 out. de 2015.
- LENIN, V. I. Can the Bolsheviks Retain State Power. *Prosveshcheniye*, n. 1-2, 14 out. 1917.
- _____. The Law on Compensation Payable to Workers Injured in Accidents. *Iskra*, 1º set. 1903.
- _____. The Prosecution of Minors: Notes And Amendments to the Draft Decree. *Izvestia*, 4 mar. 1920.
- _____. 'Report on Land; Decree on Land'. Second All-Russia Congress of Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies. *Rabochy i Soldat*, n. 9-10. 26 e 27 out. 1917.
- _____. Materials Relating to the Revision of the Party Programme. Petrograd: Priboi Publishers, 1917.
- _____. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1977. v. 17 e 41.
- LIEBMAN, Marcel. *Leninism Under Lenin*. London: Merlin Press, 1980.
- MARX, Karl. *Capital*. London: Penguin, 2015. v. 1
- MC CAGG, William; SIEGELBAUM, Lewis (org.). *The Disabled in the Soviet Union: Past and Present, Theory and Practice*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.
- MURPHY, Kevin. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Chicago: Haymarket Books, 2007.
- NAVARRO, Vicente. *Social Security and Medicine in the USSR: A Marxist Critique*. Lexington: D.C. Heath and Company, 1977.
- NEWSHOLME, Arthur; KINGSBURY, John Adams. *Red Medicine: Socialized Health in Soviet Russia*. New York: Doubleday, 1933.
- NIELSEN, Kim. *A Disability History of the United States*. Boston: Beacon Press, 2012.
- PINNOW, Kenneth. Lives Out of Balance: The "Possible World" of Soviet Suicide during the 1920s". In: BRINTLINGER, Angela; VINITSKY, Ilya (org.). *Madness and the Mad in Russian Culture*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- RABINOWITCH, Alexander. *The Bolsheviks Come to Power*. Chicago: Haymarket Books, 2004.
- RANSOME, Arthur. *Six Weeks in Russia in 1919*. London: George Allen & Unwin, 1919.

- REED, John. *Ten Days That Shook The World*. New York City: Boni and Liveright, 1919.
- RUSSELL, Marta. Disablement, Oppression, and the Political Economy. *Journal of Disability Policy Studies*, v. 12, n. 2, 2001.
- RUSSELL, Marta; MALHOTRA, Ravi. Capitalism and Disability. *Socialist Register*, n. 38, 2002.
- SEMASHKO, N. "The Work of the People's Commissariat of Health". *Soviet Russia*, v. 3, n. 2, 18 set. 1920.
- SIROTKINA, Irina. The Politics of Etiology: Shell Shock in the Russian Army, 1914-1918. In: BRINTLINGER, Angela; VINITSKY, Ilya (org.). *Madness and the Mad in Russian Culture*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- SLORACH, Roddy. *A Very Capitalist Condition: A History and Politics of Disability*. London: Bookmarks, 2015.
- SMITH, Steve A. *Red Petrograd: Revolution in the Factories, 1917-1918*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- SOLOMON, Susan Gross. Social Hygiene and Soviet Public Health, 1921-1930. In: SOLOMON, Susan Gross; HUTCHINSON, John F. (org.). *Health and Society in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- SOLOMON, Susan Gross; HUTCHINSON, John F. (org.). *Health and Society in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- TROTSKY, Leon. In Defense of October. *The Militant*, v. 6, n. 3. 21 jan. 1933.
- _____. *History of the Russian Revolution*. Chicago: Haymarket Books, 2008.
- _____. *Problems of Everyday Life*. New York: Pathfinder Press, 1986.
- WEISSMAN, Neil B. Origins of Soviet Health Administration. In: SOLOMON, Susan Gross; HUTCHINSON, John F. (org.). *Health and Society in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.